

BREVES INFORMAÇÕES SOBRE A ALDEIA DE COCALCarlos Augusto Freire
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ETNOLÓGICA

Segundo Thomás Espíndola(1), geógrafo alagoano que produziu obra científica de grande valor, em meados do século passado, o povoado de Cocal foi formado "durante a rebelião de Panellas do Miranda com índios de Barreiros e Jacuípe"; portanto durante o período que durou a rebelião, de 1831 a 1835. O povoado ficava à margem esquerda do rio Camaragibe, no antigo Município de Passo de Camaragibe. Encontramos os mesmos dados na obra de Alfredo Moreira Pinto(2), enquanto Milliet de Saint-Adolphe(3) refere-se apenas aos "índios que morão nas margens do Jacuhipe (e) estão ainda por civilizar-se", índios esses que participam de "uma rebelião que tinha por alvo aparente de repor no throno o Imperador D. Pedro I, e na qual os índios da margens do mencionado rio pelejarão por decurso de dous annos, talvez sem saber o porque, até que os que os commandavão forão mortos ou postos em fuga pelas tropas e guardas nacionaes da província".

Uma das dificuldades da pesquisa surgiu quando procuramos situar geográficamente a exata localização do povoado. Conforme Moreira Pinto(op.cit.) "Ha mai dous povs. com esse nome(em Alagoas): um no mun. de Muricy, e outro no (de) Urucú". Os mapas consultados(4), do séc.XIX e de nosso século, são omissos quanto à localização do povoado de Cocal; apenas um mapa refere-se a um desses povoados, situado no Município de Muricy. Contudo, no relatório do Presidente da Província Antonio de Souza Carvalho(5) encontramos uma menção à Aldeia de Cocal "localizada a 5 léguas do povoado de Leopoldina, Município e Freguezia de Passo de Camaragibe".

O caráter limitado das informações históricas e geográficas também é observado por Carlos Moreira Neto, em sua tese de Doutorado(6), onde afirma que "apesar da ausencia de dados conclusivos, tem-se como certo que o aldeamento de Cocal foi formado com índios refugiados de Jacuípe e de Barreiros(Pernambuco), durante a guerra dos Cabanos". Segundo Souza Carvalho(op.cit.), a ligação dos índios de Cocal com os de Barreiros e Jacuípe se dá "segundo a tradição(...) não se tendo ao certo a data de sua fundação". Como levantamos alguns dados sobre as aldeias de Jacuípe e Barreiros, julgamos importantes transcrevê-los, pois ajudam a provar a existência de populações indígenas no séc.XVIII e XIX numa larga faixa territorial, localizada ao sul de Pernambuco e norte de Alagoas.

Em seu Dicionário Geográfico, Moreira Pinto(op.cit.) afirma que Barreiros "foi em seu princípio uma aldeia de índios que se diziam descendentes do célebre Camarão", localizada, diz Pereira da Costa(7) "na sesmaria da antiga aldeia de S. Miguel". Jacuhipe, para Moreira Pinto(op.cit.) é o rio que "dá o nome ao aldeamento(extincto) dos índios(...) celebre na história da Cabanada porque atravessa as mattas de Panellas, onde se organizou e fez longa resistencia a intitulada revolução ou rebelião de Pane-

lha de Miranda". Era também "a antiga aldeia do seu nome ou arraial crea do pela Carta Regia de 12 de março de 1707, que determinou ao Governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas a criação dos arraiaes de N. S. das Brotas e S. Caetano do Jacuípe, sendo fundado dois annos depois com os índios que nelle existiam e com os homens pagos da companhia da guarnição, cujo comandante, Luiz Mendes da Silva, tinha também a direção dos índios cariris e chicurús".

Para Souza Carvalho (op.cit.), extintas as companhias de guarnição, os índios ocuparam os "arraiaes e terras sob a direção dos capitães mores de sua nação que também lhes foram concedidos", sendo que desde a época da criação dos arraiaes já teriam sido destinadas terras aos índios que ali habitavam (v. Moreira Neto, op.cit.). Esses mesmos índios, que sob a liderança de Christovam Dias, combatem os revoltosos da Confederação do Equador em 1817 (v. Craveiro Costa-8), tem os títulos de suas terras extravados, sendo jamais medidas e demarcadas conforme nos relata Souza Mello (9).

A eclosão da Guerra dos Cabanos, originada de movimento político com propostas de restauração da monarquia (v. Manuel Correia de Andrade-10), vai encontrar campo fértil para seus divulgadores junto a camponeses, escravos fugidos e os índios de Jacuípe. Relata Amaro Quintas (11) que "o levante principia em conexão com Pernambuco, quando o presidente da Província Manuel Lôbo de Miranda Henriques, ordenou, em princípios de 1832, a realização do recrutamento dos índios de Jacuípe. O processo de recrutar milicianos era efetuado, no Império, violenta e arbitrariamente. Injustiças e abusos faziam parte desse processo.

Tendo o cacique dos indígenas, da localidade, chamado Hipólito, reagido em defesa de seus direitos, foi traiçoeiramente morto a punhal. Rebelam-se, de logo, os seus companheiros, dando início ao cruento e selvagem conflito que tantas vidas e canseiras custou às duas províncias vizinhas e que teve na vila de Jacuípe o seu principal foco alagoano, aliado ao fogo pernambucano de Panelas do Miranda". Em todo o vale do rio Jacuípe ocorrem choques armados entre os contendores, numa luta que se estende, conforme Maximiano Lopes Machado (citado por Amaro Quintas) (12) "de Garanhuns a Canhotinho, do Altinho a Barra da Jangada, do Bebedeiro a Panelas, de Quipapá a Pimenteiras, de S. Benedito a Palmares, de Catende a Capoeiras, de Jacuípe a Feijão Bravo e Serrote Liso"

A guerra nas matas de Panelas e Jacuípe se estende por três anos. A aldeia de Jacuípe é tomada pelas forças legalistas e retomada pelos índios revoltosos em 1833. Uma parcela dos índios de Barreiros, ligados aos legalistas, prestam serviços a estes no fim da guerra, quando atacam e retomam Jacuípe em 1834. São os mesmos índios empregados na época pelo Presidente da Província, na abertura e exploração das matas do Jacuípe.

Com a capitulação de seu comandante, quase a totalidade dos índios rebeldes voltam a Jacuípe, se apresentando ao comandante da guarda

é pedindo instrumentos para trabalharem nas matas da região. A perseguição aos rebeldes restantes nas matas de Jacuípe e Panelas segue até o fim da guerra (v.M.C.Andrade,op.cit.).

Como relatamos acima, não encontramos menção alguma sobre a consolidação do aldeamento de Cocal, nas fontes secundárias que tratam da guerra dos Cabanos. Sabemos que a população da aldeia de Jacuípe diminuiu consideravelmente após a guerra(Oliveira Lisboa-13,citado por Moreira Neto), e que Antonio Saraiva(14), no relatório à Assembléia Legislativa Provincial em 1854 (citado por Moreira Neto) calculava haver em Alagoas 3.657 indígenas,distribuídos pelas aldeias de Jacuípe, Cocal, Urucu, Limoeiro, Atalaia, Palmeira e Colégio. Já no relatório do Dr.Antonio Melo Sá e Albuquerque(15), apresentado à Assembléia Legislativa Provincial das Alagoas em 1857, havia 8 aldeias- entre as quais Cocal e Jacuípe(citado por Abelardo Duarte-16).

Por fim, o bacharel Manoel Lourenço da Silveira, comissionado pelo presidente de Alagoas, Antonio Alves de Souza Carvalho(17)(citado por A.Duarte,op.cit.) realizou um estudo sobre a situação indígena em Alagoas, em 1861. No "Quadro Indicativo das Tribos e Números de Almas de cada Aldeia existentes em 1862" registra alguns dados sobre os aldeamentos que nos interessam e que transcrevemos abaixo:

ALDEIA	MUNICÍPIO	FREGUEZIA	Nº DE ALMAS	TRIBOS
Jacuípe	Porto Calvo	N.Sra.Apresentação	367	Cariris e Chucurus
Cocal	Passo Camaragibe	N.Sr.Bom Jesus	276	" "

Esta é a única Fala de Presidente de Província, em nossa breve pesquisa, na qual encontramos menção sobre os grupos indígenas que teriam constituído os aldeamentos de Jacuípe e Cocal. Diante dos fatos, temos como corretas as informações até aqui levantadas, no sentido de ser o aldeamento de Cocal originário dos mesmos índios de Jacuípe.

Fontes Primárias e Secundárias Citadas no Texto

- (1) ESPÍNDOLA, Thomas. Geografia Alagoana. 1871.
- (2) PINTO, Alfredo Moreira. Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil. Imprensa Nacional, 1894.
- (3) MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Dicionário Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil. Paris, J.P.Ailland Editor, 1845.
- (4) a - Carta Corographica do Estado de Alagoas Organizada pela Comissão de Propaganda de Imigração e Colonização, de ordem de seu chefe e Exmo. Governador Major Dr. Gabino Besouro, 1893.
 b - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - vol. IV (Mapas) Rio de Janeiro. IBGE, 1958.
 c - Carta do Brasil ao Milionésimo. Rio de Janeiro, IBGE, 1972.
- (5) Fala (relatório) do Presidente Antonio de Souza Carvalho à Assembléia Legislativa Provincial de Alagoas em 1862.
- (6) MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. A Política Indigenista Brasileira no Século XIX. Tese de Doutorado apresentada à F.F.C.H. de Rio Claro, Rio Claro, 1971, mimeografada.
- (8) COSTA, Craveiro. "A Confederação do Equador e a Província das Alagoas" in Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, vol. X, Maceió, 1925.
- (7) COSTA, F.A. Pereira da. Comarcas da Província de Pernambuco. Recife.
- (9) Fala (relatório) do Presidente M.F. de Souza Mello à Assembléia Legislativa Provincial de Alagoas em 1842
- (10) ANDRADE, M.C. de. A Guerra dos Cabanos. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1965.
- (11) QUINTAS, Amaro. "O Nordeste" in História Geral da Civilização Brasileira. Org. Sergio Euarque de Hollanda. São Paulo, Difel, 1964.
- (12) MACHADO, Maximiano Lopes. "O 14 de abril de 1832 em Pernambuco" in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. nº 38, Recife, 1890.
- (13) Fala (relatório) do Presidente H.M. de Oliveira Lisboa à Assembléia Legislativa Provincial de Alagoas em 1845.
- (14) Fala (relatório) do Presidente José Antonio Saraiva à Assembléia Legislativa Provincial de Alagoas em 1854.

relatório de Dr. Antonio de Sá Albuquerque apresentado
à Assembleia Legislativa Provincial das Alagoas. Recife,
tip. M.F. Farias, 1857.

- (16) DUARTE, Abelardo. "Tribos, Aldeias e Missões Indígenas nas Alagoas" in Revista do Instituto Histórico de Alagoas. vol. XXVIII, Maceió, 1954.
- (17) CARVALHO, Antonio Alves de Souza. op. cit. (Anexo: Relatório de Manoel Lourenço da Silveira sobre a situação indígena da Província).

261 II



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
FUNAI

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1980

Ao responsável pelo DEP/DGPC
Antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel

Prezado Sr.

Em resposta ao radiotelegrama 166/DGPC de 19/3/80, que remos inicialmente informar que:

1- O Centro de Documentação Etnológica (CEDET) não tomou conhecimento do radiotelegrama referido, pois no dia seguinte à sua chegada, foi respondido pelo Diretor do Museu do Índio, no rádio 14/MI, tendo sido os radiotelegramas arquivados na secretaria do Museu.

2- Em sua resposta, o Diretor do Museu informa que todo levantamento feito no Arquivo Nacional nada revelou sobre o grupo indígena WASSU, localizado no Município de Joaquim Gomes, mas que o CEDET continuava pesquisando a respeito.

Aqui queremos esclarecer que a pesquisa no Arquivo não foi da alçada do CEDET, pois foi realizada por um estagiário do Museu. E que a pesquisa que alguns contratados do CEDET realizavam, limitava-se inicialmente à triagem da documentação etnológica já identificada nos arquivos referentes ao Nordeste, do CEDET, triagem essa visando a identificação de documentos sobre os índios WASSU, feita sem indicação de aldeia e localização geográfica, só obtida quando tomamos conhecimento do rádio 166, já em meados de abril.

3- Por outro lado, como o referido rádio foi respondido e arquivado pela diretoria do Museu, o CEDET desconhecia a reiteração do pedido, já com novos dados, importantes para seu encaminhamento. Como resultado, só depois de esclarecimentos, feitos por telefone, do responsável pelo DEP, e com a chegada do ofício do Diretor substituto do DGPC, Dr. Ivan Zanoni, requisitando alguns documentos importantes para a definição da situação daqueles índios, pode assumir, pelo CEDET, uma pequena pesquisa histórica sobre os índios de COCAL, assim como a obtenção dos documentos requisitados junto ao Arquivo Nacional.

4- Segue, portanto, algumas informações históricas sobre a aldeia de Cocal. Queremos lembrar aqui, que é um levantamento limitado, devido à escassez do tempo de pesquisa, e principalmente, as dificuldades de se chegar às fontes de pesquisa importantes, em pouco tempo. A documentação requerida no ofício de 14/4 está sendo levantada e reproduzida no Arquivo Nacional, e seguirá o mais breve possível.

Carlos Augusto Freire
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ETNOLÓGICA